

**PET no RE no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM  
RECURSO ESPECIAL Nº 1.183.408 - SC (2017/0256588-0)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**REQUERENTE** : F J A  
**ADVOGADO** : ALEX SANDRO SOMMARIVA - SC012016  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DESPACHO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por F. J. A., com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Em decisão de fls. 622/625 foi negado seguimento ao recurso extraordinário, com espeque no Tema 181/STF.

Não obstante, em petição de fls. 626/632, o insurgente requer o reconhecimento da extinção da punibilidade, em razão da incidência do instituto material da prescrição da pretensão punitiva intercorrente, nos termos do artigo 109, inciso V, e artigo 117, inciso IV, ambos do Código Penal.

Destaca os lapsos temporais entre os marcos processuais: sentença proferida em 17.12.2014 e publicada em 9.2.2015; julgamento do apelo defensivo em 28.6.2016, sendo dado parcial provimento ao recurso; insurgência especial não admitida em 3.7.2017; agravo em recurso especial interposto em 21.7.2017 e não conhecido em 31.10.2017; agravo regimental desprovido em 3.5.2018; já os embargos de divergência foram indeferidos liminarmente em 26.6.2018; não sendo provido o subsequente agravo regimental em 24.10.2018; sobrevindo o recurso extraordinário, cujo seguimento foi negado em 5.2.2019, sendo publicada a decisão em 11.2.2019.

Enaltece que não foi interposto recurso contra a sentença pela acusação, transcorrendo mais de 4 (quatro) anos da publicação do édito condenatório até a presente data da petição - 9.2.2019 -, visto que inexistente outro marco interruptivo.

Pontua que o acórdão de apelação foi meramente confirmatório e não condenatório e que a matéria prescricional é de ordem pública, podendo ser analisada inclusive *ex officio*.

É o relatório.

De plano, saliente-se a impossibilidade de qualquer provimento positivo ou negativo no caso em tela, tendo em conta o exaurimento da prestação jurisdicional por este Superior Tribunal de Justiça.

De fato, além do recurso especial ter sido julgado monocraticamente, a decisão singular já foi confirmada em sede de agravo regimental, tendo havido juízo de valor expresso pelo órgão colegiado competente a respeito da contenda, sendo posteriormente, indeferido liminarmente os embargos de divergência, *decisum* este mantido no colegiado da Terceira Seção em sede de agravo regimental.

Evidencia-se, portanto, o exaurimento da prestação jurisdicional junto ao Superior Tribunal de Justiça, inexistindo a possibilidade da análise da presente petição, visto que ajuizada após a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, limitando-se esta Vice-Presidência, por delegação, apenas ao juízo de

admissibilidade recursal, que já foi realizado, culminando com a negativa de seguimento. Portanto, inexistente a possibilidade de nova análise jurídica do feito.

Por fim, destaque-se que eventual pedido de cunho jurisdicional deverá ser perquirido pelos caminhos jurídicos próprios, por meio de institutos processuais adequados, e não através de petição avulsa, à margem dos estritos contornos do devido processo legal.

Feitas essas considerações, e especialmente em razão do esgotamento da jurisdição por este Tribunal Superior, **nada há a prover ou desprover na espécie.**

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente

